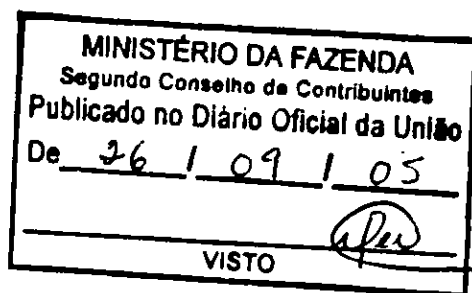




Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

2º CC-MF  
Fl.

Processo nº : 10768.001179/2003-55  
Recurso nº : 126.528  
Acórdão nº : 203-09.865  
  
Recorrente : TEXACO BRASIL LTDA.  
Recorrida : DRJ-II no Rio de Janeiro - RJ

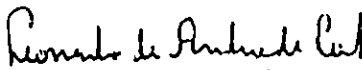


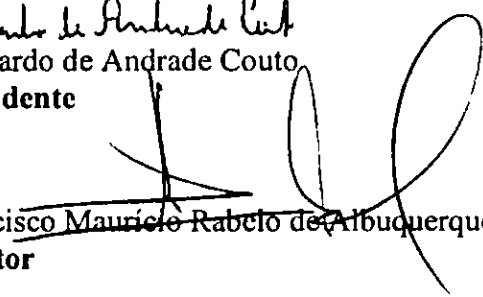
**NORMAS PROCESSUAIS. OPÇÃO PELA VIA JUDICIAL.** O exame de matéria pelo Poder Judiciário inviabiliza o transcurso de julgamento sobre o mesmo assunto, na esfera administrativa.  
**Recurso não conhecido por opção pela via judicial.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por:  
**TEXACO BRASIL LTDA.**

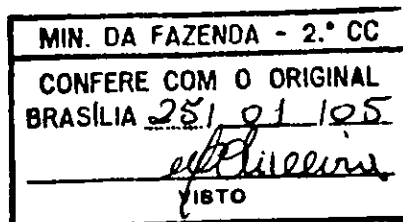
ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso, por opção pela via judicial.**

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 2004

  
Leonardo de Andrade Couto  
Presidente

  
~~Francisco Maurício Rabelo de Albuquerque Silva~~  
Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Maria Cristina Roza da Costa, Maria Teresa Martínez López, Luciana Pato Peçanha Martins, Cesar Piantavigna, Emanuel Carlos Dantas de Assis e Valdemar Ludvig.  
Eaal/mdc





Processo nº : 10768.001179/2003-55  
Recurso nº : 126.528  
Acórdão nº : 203-09.865  
Recorrente : TEXACO BRASIL LTDA.

## RELATÓRIO

Às fls. 77/86, Acórdão DRJ/RJOII nº 4.346, de 19 de janeiro de 2004, indeferindo a solicitação de homologação de Declaração de Compensação de débitos de COFINS, relativos ao mês de apuração de janeiro/03, com supostos créditos de PIS, compreendidos no período de maio/93 a junho/93.

O Colegiado de Primeiro Grau julgou improcedente a manifestação de inconformidade formulada pela contribuinte, arguindo, em síntese, que inexistia à época da compensação efetuada decisão judicial transitada em julgado, portanto, que a ora Recorrente não poderia ter-se valido dos supostos créditos antecipadamente. Outrossim, asseverou que a ação ajuizada teria natureza meramente declaratória, sem fim condenatório, e, portanto, seria imprestável ao reconhecimento da liquidez e certeza dos referidos créditos contra a Fazenda – requisito imprescindível à autorização da compensação, conforme art. 170 do CTN. Alfim, afirmou a DRJ ter decaído o direito da Recorrente de pleitear tal compensação, uma vez que transcorridos mais de cinco anos desde o pagamento das exações.

Insatisfeita, a contribuinte interpôs, tempestivamente, o presente Recurso Voluntário, às fls. 89/101, alegando, em suma, que com a declaração de inconstitucionalidade dos Decretos-Leis nºs 2.445/88 e 2.449/88, levada a ter efeito *erga omnes* pela Resolução nº 45 do Senado Federal, publicada em 10/10/95, nasceu o direito dos contribuintes à restituição/compensação dos indébitos, independentemente do aforamento de qualquer ação judicial neste sentido, de modo que apenas foi a justiça para discutir a forma de apuração da base de cálculo do PIS recolhido indevidamente, defendendo o critério da semestralidade deduzido do parágrafo único do art. 6º da LC nº 7/70. Aduz que restou decidido na ação declaratória por ela ajuizada que somente estariam extintos pela decadência os créditos de PIS relativos ao ano de 1989. Outrossim, entende que cabe ao Judiciário tão-somente declarar o direito creditório, sendo a compensação decorrência lógica, a cargo do contribuinte. Por fim, defende o prazo decadencial de cinco anos a contar da publicação da Resolução do Senado.

É o relatório.

MIN. DA FAZENDA - 2.º CC
CONFERE COM O ORIGINAL
BRASÍLIA 25/01/05
VISTO



Processo nº : 10768.001179/2003-55  
Recurso nº : 126.528  
Acórdão nº : 203-09.865

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR  
FRANCISCO MAURÍCIO RABELO DE ALBUQUERQUE SILVA

Propugna, a Recorrente, pela homologação de Declaração de Compensação de débitos de COFINS, relativos ao mês de apuração de janeiro/03, com supostos créditos de PIS, compreendidos no período de maio/93 a junho/93, decorrentes de recolhimentos indevidos com base nos malsinados Decretos-Leis nºs 2.445/88 e 2.449/88.

Entrementes, noticia os autos que tramita perante o Poder Judiciário ação declaratória proposta pela Recorrente (Processo nº 2000.5101026317-0) objetivando a declaração do direito de apurar e recolher o PIS, até o advento da MP nº 1.212/95, nos moldes da LC nº 7/70, em especial quanto à observância do chamado “critério da semestralidade”, consoante se infere da sentença acostada às fls. 49/54.

Assim sendo, voto pelo não conhecimento do Recurso por opção pela via judicial ainda que a compensação não tenha sido fundamentada em tutela nessa esfera.

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 2004

FRANCISCO MAURÍCIO RABELO DE ALBUQUERQUE SILVA

